

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E  
RELATÓRIO DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIARIOS  
DE PASSAGEIROS S.A.

31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

## CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da  
**RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS S.A.**  
São Paulo - SP

### OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### OUTROS ASSUNTOS

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foi por nós conduzido, cujo relatório datado em 31 de março de 2022 foi emitido sem modificações, e com parágrafo de ênfase em relação a reapresentação dos valores correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2020.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

Verdus Auditores Independentes  
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho  
Sócio  
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza  
Diretor  
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.  
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)

ATIVOS	NOTA	2022	2021	PASSIVOS	NOTA	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	1.479	1.078	Fornecedores	8	213	176
Contas a receber de clientes	6	723	1.983	Obrigações trabalhistas e sociais	9	776	1.014
Tributos a recuperar	-	8	3	Impostos e contribuições a recolher	10	784	1.007
Despesas antecipadas	-	99	77	Parcelamentos de impostos	11	767	474
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.309</b>	<b>3.141</b>	Adiantamento de clientes	-	-	3
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Passivo de arrendamento	-	43	53
Contas a receber de clientes	6	653	1.271	Outras contas a pagar	-	7	13
Depósitos judiciais	-	18	24	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.590</b>	<b>2.740</b>
Direito de uso de ativos	-	565	595	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Intangível	7	34.537	35.797	Passivo de arrendamento	-	282	325
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>35.773</b>	<b>37.687</b>	Parcelamentos de impostos	11	2.661	1.983
				Partes relacionadas	12	2.505	2.821
				Dividendos a pagar	12	919	919
				Provisão para contingências	13	226	1.855
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>6.593</b>	<b>7.903</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14		
				Capital social		36.100	36.100
				Reserva de lucros		-	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>28.899</b>	<b>30.185</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>38.082</b>	<b>40.828</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>38.082</b>	<b>40.828</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
 (Em milhares de reais)

	<u>NOTA</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	16	10.812	9.110
Custo dos serviços prestados	17	<u>(8.601)</u>	<u>(8.567)</u>
<b>Lucro Bruto</b>		<b><u>2.211</u></b>	<b><u>543</u></b>
Despesas administrativas e gerais	18	(1.224)	(1.045)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	<u>(1.667)</u>	<u>(2.010)</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>(680)</u></b>	<b><u>(2.512)</u></b>
Receitas financeiras	19	78	307
Despesas financeiras	19	<u>(662)</u>	<u>(472)</u>
<b>Despesas financeira líquidas</b>		<b><u>(584)</u></b>	<b><u>(165)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>(1.264)</u></b>	<b><u>(2.677)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social	15	(22)	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b><u><u>(1.286)</u></u></b>	<b><u><u>(2.677)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(1.286)</u>	<u>(2.677)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.286)</u></u>	<u><u>(2.677)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros			Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)</b>	<b>36.100</b>	-	-	<b>2.945</b>	<b>(3.238)</b>	<b>35.807</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(2.945)	-	(2.945)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(2.677)	(2.677)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>36.100</b>	-	-	-	<b>(5.915)</b>	<b>30.185</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.286)	(1.286)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>36.100</b>	-	-	-	<b>(7.201)</b>	<b>28.899</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 5**

**RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo do exercício	(1.286)	(2.677)
<i>Ajustes para reconciliação do resultado</i>		
Depreciação e amortização	1.409	1.413
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.605	2.423
Reversão de crédito de liquidação duvidosa	(3.595)	(751)
Provisão/Reversão de contingências trabalhistas	(1)	416
Reversão de contingências	(1.630)	-
	<u>1.502</u>	<u>824</u>
<i>(Aumento) / Redução dos ativos</i>		
Contas a receber de clientes	(1.132)	(532)
Tributos a recuperar	(5)	33
Despesas antecipadas	(22)	(27)
Depósitos Judiciais	6	-
<i>Aumento / (Redução) dos passivos</i>		
Fornecedores	37	(1.286)
Obrigações trabalhistas e sociais	(238)	(250)
Impostos e contribuições a recolher	(201)	639
Imposto de renda e contribuição social	(22)	-
Parcelamentos de impostos	971	1.350
Adiantamento de clientes	(3)	(45)
Arrendamento	(53)	183
Outras contas a pagar	(6)	6
	<u>834</u>	<u>895</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>834</b>	<b>895</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Ativo de direito de uso	30	(402)
Adições de intangível	(147)	65
	<u>(117)</u>	<u>(337)</u>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(117)</b>	<b>(337)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Partes relacionadas	(316)	2.585
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(2.945)
	<u>(316)</u>	<u>(360)</u>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(316)</b>	<b>(360)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>401</b>	<b>198</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.078	880
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.479</u>	<u>1.078</u>
<b>Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>401</b>	<b>198</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RIOTERP - Rio Terminais Rodoviários de Passageiros S.A. (“Rioterp” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2011 e localizada à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1480, Sala Matriz Rio Terminais, Centro, CEP 26.220-060, município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro e tem por objeto a outorga em caráter de exclusividade da concessão de serviços públicos para operação, administração, manutenção, conservação, reforma construção e exploração comercial conjunta de terminais rodoviários metropolitanos da Cidade do Rio de Janeiro e Grande Rio:

- Terminal Américo Fontenelle;
- Terminal Menezes Cortes;
- Terminal Nilópolis;
- Terminal Nova Iguaçu.

O prazo de concessão é de 25 anos a contar a data de início de operação podendo ser prorrogado por igual período desde que plenamente atendidos os requisitos de modernização e atualização que vierem a ser exigidos pelo Poder Concedente - Companhia de Desenvolvimento e Terminais Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (CODERTE) com objetivo de melhorar as instalações, serviços e o atendimento à população nestes terminais.

A remuneração da concessionária será constituída das seguintes tarifas: a) Tarifa de Embarque na modalidade de passageiro embarcado (T.E.T.); b) Tarifa de Acostamento (T.A.); c) Tarifas de Embarque de Operações de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual.

Adicionalmente a receita bruta das atividades de eventos realizados em áreas dos terminais, comercialização, locação e arrendamento de espaços internos e externos nos limites das áreas concedidas, estacionamentos onde for possível, exploração de serviços sanitários, veiculação de publicidade nas áreas internas e externas, venda e alimentos, bebidas e comércio, outras formas de operação comercial e direitos de transmissão de rádio e TV, complementam a remuneração da concessionária.

A Concessionária como forma de cumprimento de suas obrigações perante a CODERTE pagará o valor da outorga fixa e 10% sobre as receitas brutas das tarifas e demais receitas advindas da exploração comercial, publicitária, sanitária e qualquer outra receita auferida pela concessionária previstas ou não no edital.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 7 – Definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 13 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade de magnitude de saída de recursos.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

##### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### (ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Esta escolha é feita por investimento individualmente.

*(iii) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

*(iv) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

*Ativos financeiros a VJR* - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

*Ativos financeiros a custo amortizado* - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Instrumentos de dívida a VJORA* - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

*Instrumentos patrimoniais a VJORA* - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*(v) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### *(vi) Desreconhecimento*

##### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

#### *(vii) Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge

### *3.2. Ativos intangíveis*

#### *Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)*

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

#### *Amortização do direito de uso de concessão*

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização dos intangíveis é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Infraestrutura de concessão.....	21 a 25
Móveis e utensílios.....	10
Instalações.....	10
Máquinas e equipamentos.....	05
Computadores e periféricos.....	05
Veículos.....	04
Licença de uso.....	05
Outorga de concessão.....	25

### 3.3. Redução do valor recuperável– Impairment

#### *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não considera em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

### 3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

### 3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### *Provisões de manutenção – Contratos de concessão*

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com relação a este assunto.

### 3.7. *Demais passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

### 3.8. *Imposto de renda e contribuição social*

O encargo de imposto de renda e contribuição social com alíquota vigente de 34% é calculado e registrado com base no resultado anual relativo a cada exercício ou período ajustados na forma legal, sendo o imposto de renda calculado pelo regime de tributação (lucro real), à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro anual excedente a R\$ 20 mil (ao mês), ou R\$ 240 mil ao ano.

Além do imposto de renda, o resultado da Companhia é tributado pela contribuição social à alíquota de 9%, pelo regime de tributação (lucro real), com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

Ambos o imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos com base no regime de competência.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Estabelece provisões quando apropriado com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

### 3.9. *Receita operacional*

#### (i) Embarque e utilização do terminal

As receitas decorrentes de embarque e utilização do terminal são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados.

#### (ii) Receita de aluguel

A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com Companhias de transporte, lojas, e restaurantes localizados no terminal rodoviário é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

#### (iii) Serviços aos usuários

A receita de serviços prestados de guarda-volumes, estacionamento, utilização de sanitários e banho aos usuários do terminal rodoviário é reconhecida no resultado no momento que o serviço é prestado.

### 3.10. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, as variações cambiais passivas e as tarifas bancárias.

### 3.11. *Gerenciamento de riscos*

#### (i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites.

As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### (ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A administração não vê risco de crédito uma vez que as transações são realizadas com sua Matriz. Atualmente, o risco é oriundo das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

#### (iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

#### (iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

#### 4. NOVOS NORMATIVOS CONTÁBEIS

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos de seguro (alterações à IFRS 17 e à IFRS 4);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e à Declaração de Práticas IFRS);
- Emendas à IFRS 10/CPC 36 (R3) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Joint Venture e à IAS 28/CPC 18 (R2);
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Divulgação de Políticas Contábeis;
- IFRS Practice Statement 2 Emendas à IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contabilísticas;
- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações à IAS 1);
- Definição de estimativas contabilísticas (alterações à IAS 8); e
- Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos resultantes de uma única transação (alterações à IAS 12).

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	2	2
Bancos	-	3
Aplicações financeiras	<u>1.477</u>	<u>1.073</u>
	<u>1.479</u>	<u>1.078</u>

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas entre 10% a 100% da SELIC. Seu aumento ocorreu, principalmente, pela retomada gradual das atividades da Companhia ao longo de 2022.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a. Composição dos saldos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Clientes nacionais	7.170	6.424
Clientes locação	1.802	1.269
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.596)</u>	<u>(4.439)</u>
	<u>1.376</u>	<u>3.254</u>
Circulante	723	1.983
Não circulante	<u>653</u>	<u>1.271</u>
	<u>1.376</u>	<u>3.254</u>

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$ 1.686 em recebíveis renegociados, conforme Termos de Confissão de Dívidas e Cessão de Direitos celebrado entre as partes.

### b. Abertura por idade do contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	2.207	3.088
Vencidos de 1 a 30 dias	270	190
Vencidos de 31 a 120 dias	773	137
Vencidos de 121 a 180 dias	478	180
Vencidos acima de 181 dias	<u>5.244</u>	<u>4.098</u>
	<u>8.972</u>	<u>7.693</u>

### c. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.439)	(2.767)
Reversão (complemento) de provisão no exercício	<u>(3.157)</u>	<u>(1.672)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(7.596)</u>	<u>(4.439)</u>

## 7. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível apresenta as seguintes composições:

### a. Composição dos saldos

	2021	2022		Valor líquido
	Valor líquido	Custo	Amortização Acumulada	
Benfeitorias em prop. terceiros	19.448	23.854	(5.155)	18.699
Maq., aparelhos, equip. e instalações	52	209	(174)	35
Equipamentos de informática	10	144	(138)	6
Moveis, utensílios e instalações	51	193	(160)	33
Veículos	-	31	(31)	-
Softwares	-	225	(225)	-
Direito de Expl. Serv. Publ. - Outorga	1.850	3.000	(1.270)	1.730
Obras em andamento	14.386	14.034	-	14.034
	<u>35.797</u>	<u>41.690</u>	<u>(7.153)</u>	<u>34.537</u>

### b. Movimentação do custo do ativo intangível

	2021	2022		Saldo
	Saldo	Adições	Baixas	
Benfeitorias em prop. terceiros	23.244	609	-	23.853
Maq., aparelhos, equip. e instalações	218	-	(10)	208
Equipamentos de informática	144	-	-	144
Moveis, utensílios e instalações	194	2	(1)	195
Veículos	31	-	-	31
Softwares	225	-	-	225
Direito de Expl. Serv. Publ. - Outorga	3.000	-	-	3.000
Obras em andamento	14.386	14	(366)	14.034
	<u>41.443</u>	<u>625</u>	<u>(377)</u>	<u>41.690</u>

### c. Movimentação da amortização do ativo intangível

	2021	2022		Saldo
	Saldo	Adições	Baixas	
Benfeitorias em prop. terceiros	(3.797)	(1.359)	-	(5.156)
Maq., aparelhos, equip. e instalações	(166)	(8)	-	(174)
Equipamentos de informática	(134)	(4)	-	(138)
Moveis, utensílios e instalações	(142)	(17)	-	(159)
Veículos	(31)	-	-	(31)
Softwares	(225)	-	-	(225)
Direito de Expl. Serv. Publ. - Outorga	(1.150)	(120)	-	(1.270)
	<u>(5.645)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>-</u>	<u>(7.153)</u>

A Companhia firmou contrato de concessão de serviços públicos em abril de 2012 pelo prazo de 25 anos.

Em função do contrato de concessão do Terminal Rodoviário firmado pela Companhia, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A interpretação técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

Conforme descrito no contato, o termo de compromisso firmado pela Companhia prevê, entre outros aspectos:

- Providenciar e entregar de todos os projetos executivos dos terminais;
- Reconstrução do terminal Américo Fontenelle - prazo máximo de 24 meses;
- Reforma do terminal Meneses Cortes - prazo máximo de 12 meses;
- Reforma do terminal de Nova Iguaçu - prazo máximo de 36 meses;
- Reforma do terminal de Nilópolis - prazo máximo de 48 meses.

Ao término do contrato de concessão, a transferência dos bens que integram a concessão será formalizada mediante termo subscrito pelo Estado, pelo Coderte e pela Companhia. Ressalvado o disposto no item 17.4 do referido contrato, na extinção da concessão, reverterem automaticamente ao poder público, na pessoa da Coderte, todos os bens construídos ou adquiridos pela concessionária e integrados à concessão. A reversão dos bens na extinção da concessão far-se-á com o pagamento, pelo poder público, das parcelas dos investimentos vinculados aos bens adquiridos pela concessionária, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados ou adquiridos com a sua prévia aprovação, com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade da concessão.

O montante registrado no ativo intangível corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de utilização do terminal rodoviário. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, sendo de 25 anos, a amortização desse ativo intangível é realizada de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo e o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, concedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente, que regulamenta a desvinculação de bens da concessão do Terminal Rodoviário, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o impairment dos bens com a vida útil definida, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## 8. FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outorgas	142	115
Fornecedores	<u>71</u>	<u>61</u>
	<u><u>213</u></u>	<u><u>176</u></u>

Os saldos a pagar a fornecedores apresentaram uma diminuição devido ao cumprimento das obrigações adquiridas referente as compras de materiais e equipamentos para os terminais rodoviários, e contas a pagar a autarquias municipais.

## 9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de férias	376	367
INSS a recolher	74	327
Salários e ordenados a pagar	147	144
INSS sobre férias	103	100
FGTS sobre férias	30	29
FGTS a recolher	24	23
Outros	<u>22</u>	<u>24</u>
	<u><u>776</u></u>	<u><u>1.014</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 97 funcionários (119 em 31 de dezembro de 2021).

## 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IPTU a pagar	633	633
IRPJ e CSLL a Recolher	22	-
PIS e COFINS a recolher	74	329
ISSQN a recolher	47	37
Impostos retidos a recolher	<u>8</u>	<u>8</u>
	<u><u>784</u></u>	<u><u>1.007</u></u>

## 11. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IPTU - Parcelamento	455	977
INSS - Parcelamento	1.153	865
PIS e COFINS - Parcelamento	<u>1.820</u>	<u>615</u>
	<u>3.428</u>	<u>2.457</u>
Circulante	767	474
Não circulante	<u>2.661</u>	<u>1.983</u>
	<u>3.428</u>	<u>2.457</u>

Os parcelamentos simplificados de Pis e Cofins foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e 84 (oitenta e quatro) vezes, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002);

O parcelamento de IPTU foi aderido durante o exercício de 2021, no qual a Companhia parcelou o IPTU de períodos anteriores tendo como o saldo total parcelado em 84 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente.

## 12. PARTES RELACIONADAS

### a. Transações com partes relacionadas

#### *Dividendos a pagar*

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, 25% do lucro anual deve ser destinado a título de dividendos a distribuir aos seus acionistas. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 corresponde aos dividendos de exercícios anteriores ainda não quitados pela Companhia.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dividendos a pagar	<u>919</u>	<u>919</u>
	<u><u>919</u></u>	<u><u>919</u></u>

#### *Mútuos com partes relacionadas e AFAC*

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<i>Mútuos a pagar</i>		
Saldo em 1º de janeiro	2.821	236
Mútuos celebrados	-	128
Reclassificações (a)	810	2.945
Pagamento de mútuos no exercício	<u>(1.126)</u>	<u>(488)</u>
Saldo final	<u>2.505</u>	<u>2.821</u>

(a) Acréscimo refere-se à reclassificação do saldo remanescente de AFAC (registrado anteriormente no patrimônio líquido), que foi transferido para a conta de mútuos a pagar devido ao prazo prescricional expirado.

### b. Remuneração da administração

Conforme o acordo entre as sócias quotistas, as remunerações aos dirigentes da Companhia são de responsabilidade de cada sócia, portanto nenhuma despesa e indenização a título de remuneração aos dirigentes foram reconhecidas ou pagas pela Companhia.

### c. Despesas de gerenciamento e administração

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	<u>(250)</u>	<u>(34)</u>
	<u><u>(250)</u></u>	<u><u>(34)</u></u>

Mensalmente a Companhia remunera a quotista Socicam – Administração, Projetos e Representações Ltda., pela prestação de serviços e gerenciamento e administração nos seguintes montantes: 10% sobre o resultado operacional e 4% sobre a receita líquida.

d. Controladora

A controladora final da Companhia é a Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. e a controladora direta é a que detêm Fetranpor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro 50% das ações que representam o seu capital social.

### 13. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida no processo cível sobre a majoração da revisão do custo de locação do Terminal Menezes Cortes embasado em laudo do perito de juízo.

A Administração contrapõe essa revisão e contratou perito particular para essa respectiva avaliação chegando a um valor inferior a 1/3 do laudo do juízo.

Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão no montante de R\$ 226 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.855 em 2021).

	<u>2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>2022</u>
Cível	<u>1.855</u>	<u>1</u>	<u>(1.630)</u>	<u>226</u>
	<u><u>1.855</u></u>	<u><u>1</u></u>	<u><u>(1.630)</u></u>	<u><u>226</u></u>

Em 2021, houve reversão parcial de contingência civil referente ao processo 0241450-53.2008.8.19.0001 mediante ao Terminal Garagem Menezes Cortes. Em 31 de dezembro de 2021 o valor provisionado para essa contingência era R\$ 1.841, enquanto em 31 de dezembro de 2022, referida provisão passou para R\$ 2022.

Essa reversão foi realizada tendo em vista decisão do Desembargador Presidente favorável à Companhia, onde houve entendimento que a atividade desempenhada pela CODERTE em nada se amolda ao interesse primário essencialmente prestado pelo Estado

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

*Capital social*

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é composto por 36.100.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1 (valor expresso em Reais) por ação, assim distribuído:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fetranpor	18.050	18.050
Socicam Adm., Projetos e Repres. Ltda.	14.440	14.440
Socicam Serviços Urbanos Ltda.	<u>3.610</u>	<u>3.610</u>
	<u><u>36.100</u></u>	<u><u>36.100</u></u>

### *Dividendos*

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, 25% do lucro anual deve ser destinado a título de dividendos a distribuir aos seus acionistas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição de dividendos a distribuir pelo fato da Companhia ter apresentado prejuízo no exercício.

### *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia utilizou o saldo desta reserva para compensação do prejuízo do exercício.

### *Reserva de retenção de lucros*

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecidos em seu plano de investimentos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia utilizou o saldo desta reserva para compensação do prejuízo do exercício.

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO

O cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado pela alíquota combinada é demonstrado como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.286)	(2.677)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>-</u>	<u>-</u>
<i>Adições permanentes</i>		
Doações	36	36
Contingências Cível / Administrativas	-	416
Multa de trânsito	1	-
Contingências Trabalhistas	1	-
Prov. Perdas de cred. Considerados incob.	6.605	2.423
Depreciação s/ ativos de diretos de uso	30	56
Despesas de AVP - CPC 06 (R2)	24	2
<i>Exclusões permanentes</i>		
Recup. cred. considerados incobráveis	(3.595)	(751)
Arrendamento Mercantil - Contraprestação IFRS16	(75)	-
Reversão de Contingencias Trabalhistas	(2)	-
Reversão de Contingencias Cíveis / Adm	(1.630)	-
Reversão de Amort. Direito de Uso	-	(211)
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>109</u>	<u>(706)</u>
Compensação do prejuízo fiscal	(33)	212
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>76</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u><u>22</u></u>	<u><u>-</u></u>

## 16.RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tarifas rodoviárias	10.728	9.146
Locações	1.648	879
Serviços a usuários	<u>141</u>	<u>575</u>
	12.517	10.600
Total da receita bruta		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(1.705)	(1.471)
(-) Serviços cancelados	<u>-</u>	<u>(19)</u>
	(1.705)	(1.490)
Receita operacional líquida	<u><u>10.812</u></u>	<u><u>9.110</u></u>

### *Tarifas rodoviárias*

São tarifas de embarque de terminais, modalidade passageiro embarcado e tarifas de acostamento.

### *Serviços a usuários*

São serviços oferecidos a usuários do terminal rodoviário, como uso de sanitários e estacionamento. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

### *Locações*

São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal rodoviário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia.

## 17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e ordenados	(2.634)	(2.624)
Amortização e depreciação	(1.291)	(1.294)
Outorga, taxas e participações	(1.411)	(1.180)
Tarifas públicas	(893)	(744)
Serviços públicos	(578)	(633)
Outros custos com colaboradores	(573)	(549)
Férias e 13º salário	(572)	(544)
Custo com materiais e serviços	(497)	(505)
Outros custos	<u>(152)</u>	<u>(494)</u>
	<u>(8.601)</u>	<u>(8.567)</u>

Os custos de operação da Companhia referem-se basicamente a custos fixos, que não sofrem maiores oscilações em relação ao aumento de demanda de suas atividades.

## 18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS E OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais e outras receitas (despesas) por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<i>Despesas administrativas e gerais</i>		
Gerenciamento e administração	(1.065)	(813)
Despesas gerais	<u>(159)</u>	<u>(232)</u>
	<u>(1.224)</u>	<u>(1.045)</u>
<i>Outras receitas (despesas)</i>		
<i>Outras receitas (despesas)</i>	(288)	-
Reversão (constituição) de provisões contingências (i)	1.631	-
Reversão (constituição) de provisões incobráveis (i)	(3.010)	-
Reversão (constituição) de provisões (i)	<u>-</u>	<u>(2.010)</u>
	<u>(1.667)</u>	<u>(2.010)</u>

(i) Efeito decorrente de constituições de provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº6) e provisões para contingências (nota explicativa nº13).

## 19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Receita de juros	78	234
Descontos obtidos	-	73
	<u>78</u>	<u>307</u>
Despesas financeiras		
Multas e correções	(483)	(315)
Descontos concedidos (*)	(147)	(5)
Despesa de AVP sobre passivo de arrendamento	(24)	(2)
Outras despesas financeiras	(8)	(150)
	<u>(662)</u>	<u>(472)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(584)</u>	<u>(165)</u>

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, o risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalente de caixa	2	1
Aplicações financeiras	1.477	1.077
Contas a receber de clientes e outros créditos	<u>1.376</u>	<u>3.254</u>
	<u>2.855</u>	<u>4.331</u>

### b) Risco de liquidez

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>				
	Valor Contábil	Fluxo Financeiro	6 meses ou menos	6-12 meses	Maior 12 meses
Passivo financeiros não derivativos					
Fornecedores	213	213	213	-	-
Dividendos a Pagar	919	919	-	-	-
	<u>2021</u>				
	Valor Contábil	Fluxo Financeiro	6 meses ou menos	6-12 meses	Maior 12 meses
Passivo financeiros não derivativos					
Fornecedores	176	176	176	-	-
Dividendos a Pagar	919	919	-	-	-

## 21.COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 10% do faturamento bruto efetivamente obtido mensalmente advindo da exploração dos terminais rodoviários Américo Fontenelle, Menezes Cortes, Nilópolis e Nova Iguaçu, com vencimento até o décimo dia do mês subsequente. Os valores estão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 17)

## 22. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

## 23.EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

### **Membros da Administração**

Rodrigo Fernandes de Toledo  
Diretor

Rodolfo Bahiense Fernandes  
Diretor

Eduardo Buzam Júnior  
Contador  
CRC 1SP243887/O-3

\* \* \*